

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Gabriel Nunes de Oliveira
André Luiz Butzke Dallacorte
David Paraguai Molinari
Nicole Herscovici

**NOVA MATRIZ ECONÔMICA E A MUDANÇA DE POSIÇÃO POLÍTICA DOS
EMPRESÁRIOS INDUSTRIAIS**

Trabalho preparado para apresentação no
VIII Seminário Discente da Pós-
Graduação em Ciência Política da USP,
de 7 a 11 de maio de 2018.

São Paulo
2018

I. Introdução

Quando, em 1964, as esperanças de que o empresariado industrial pudesse liderar um projeto nacional, papel que lhe fora consagrado por determinada literatura sobre o desenvolvimento econômico, acabaram frustradas, o debate nas ciências sociais buscou revisar aquela formulação, procurando desvendar a natureza do modelo capitalista periférico. Crítica formulada na Universidade de São Paulo, que já houvera mostrado os limites da experiência populista, serviu de esteio para nutrir a compreensão do que ocorrera (SCHWARZ, 1999; CARDOSO, 1964).

Naquela que talvez seja a expressão mais acabada da visão construída na USP, Cardoso (1964) aponta que a ausência da vocação nacionalista dos industriais brasileiros não decorre de fragilidade ou falta de sagacidade da classe dominante, mas de condicionamentos estruturais para realização dos lucros em um contexto de internacionalização do processo produtivo. Nesses casos, a burguesia opta por abrir mão de sua hegemonia para satisfazer o objetivo imediato de se integrar aos centros capitalistas. Implícitos, nesta opção, estão o sacrifício de reformas democráticas e a conjunção de interesses com as elites tradicionais em torno da defesa da propriedade, liberdade e prosperidade, acima de tudo. A tese é reforçada por Bresser-Pereira (1974), que afirma que já nos anos 1940 a burguesia industrial havia assumido a posição de liderança no interior das classes dominantes, sem precisar romper com as velhas estruturas. Para o seu projeto, o latifúndio não representa obstáculo e o desenvolvimento pode ser obtido na condição de associada menor e dependente do capital estrangeiro.

Em mais uma tentativa de mudar a matriz econômica brasileira, desta vez na ditadura militar, durante o II Projeto Nacional de Desenvolvimento (II PND), Cruz (1995) examina a posição de diversas frações dos industriais na campanha contra a estatização para chegar à conclusão de que o empresário industrial brasileiro era contra a intervenção do Estado na economia, e não contra a proteção estatal.

No entanto, a partir da crise dos anos 1980, quando a afluência de capitais estrangeiros se mostrou insuficiente para sustentar altas taxas de crescimento, ocorre uma alteração no ativismo empresarial, buscando redefinir relações de força entre frações do capital, o papel do Estado e o espaço do capital estrangeiro. Esse período gerou uma “multiplicidade de projetos de alcances variados” no meio empresarial (BIANCHI, 2004). De acordo com Boito Jr. (2010), o acirramento da tensão com o

imperialismo teria empurrado uma fração da burguesia para uma frente com o proletariado, representado pelo PT, unificada por um projeto neodesenvolvimentista, em oposição ao capital financeiro internacional.

O período *lulista*, como aponta Singer (2012), teve como base política frações da burguesia e o proletariado, constituindo uma *coalizão produtivista*, interessada na reativação do mercado interno e na ampliação da produção e do consumo, opondo-se, nesse sentido, à *coalizão rentista*, constituída pela classe média e por frações da burguesia financeira, voltada aos altos ganhos financeiros. Dilma Rousseff, eleita em 2010, com amplo apoio da coalizão produtivista – incluindo figuras importantes do empresariado industrial –, estabeleceu uma política econômica, a “Nova Matriz Econômica”¹, voltada ao desenvolvimento e fortalecimento da indústria no país. A política fundamentava-se em investimentos em infraestrutura, desonerações, redução de juros, ampla oferta de crédito via BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e proteção da produção interna – através, por exemplo, do aumento de alíquotas sobre importações. A Nova Matriz Econômica atendia a uma série de demandas históricas da indústria, como a redução dos preços da energia elétrica, esta, aliás, demanda direta da FIESP, demonstrando, assim, o alinhamento existente entre Rousseff e tais frações da burguesia.

Apesar do “ensaio desenvolvimentista”, o empresariado industrial, ao longo do primeiro mandato, progressivamente afastou-se de Dilma Rousseff, constituindo, em conjunto da coalizão rentista, ampla oposição, como a ação da FIESP e de Paulo Skaf na campanha “Não vou pagar o pato”, iniciada em setembro de 2015, bem demonstrou. Teria havido, destarte, indica Singer (2016), no início do segundo mandato, um rompimento da coalizão produtivista a partir da mudança de posicionamento político do empresariado industrial.

II. Objetivos

O objetivo desta pesquisa é testar a hipótese segundo a qual teria ocorrido uma mudança de posição política dos empresários industriais ao longo do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014) e de seu ensaio desenvolvimentista (Singer, 2016),

¹ Ver: Guido Mantega, “O primeiro ano da nova matriz econômica”, *Valor Econômico*, 19 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/2945092/o-primeiro-ano-da-nova-matriz-economica>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

resultando no rompimento da coalizão produtivista estabelecida desde o primeiro mandato de Lula. Caso de fato se identifique o deslocamento político dos industriais brasileiros, objetiva-se apontar, igualmente, as motivações assinaladas pelos empresários para tal.

Cada um dos quatro pesquisadores de iniciação científica analisou um ano específico do primeiro governo Rousseff, permitindo a comparação da posição dos empresários industriais em relação ao governo. Ao final da pesquisa, pretende-se construir um panorama amplo dos quatro anos de mandato e da posição política do empresariado industrial brasileiro.

III. Metodologia

A pesquisa está sendo realizada a partir da leitura das edições do jornal *Valor Econômico* publicadas durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff, isto é, entre os anos de 2011 e 2014. Com base na leitura dos cadernos *Brasil, Empresas e Finanças* procura-se identificar o posicionamento de empresários industriais com relação ao governo Rousseff e sua política econômica. O recurso à análise jornalística foi utilizado em outros estudos acerca dos empresários brasileiros, como os de Bianchi (2004) e Cruz (1995), o que revela sua importância para a pesquisa em questão.

O periódico *Valor Econômico* foi escolhido por conta de seu prestígio e importância no interior do setor empresarial, havendo presença constante de membros do empresariado brasileiro – notadamente grandes empresários e representantes de entidades empresariais – em reportagens e entrevistas. O jornal funciona, assim, como canal de diálogo dos empresários entre si e como importante instrumento de reivindicação e de crítica ao governo e sua política econômica. A ampla circulação e abrangência nacional do diário também é de fundamental importância, tendo em vista que permite acessar opiniões de empresários de diferentes regiões do país, possibilitando, assim, uma maior robustez aos dados da pesquisa no que diz respeito ao panorama nacional.

Ao longo da leitura dos cadernos, foram identificados os posicionamentos de empresários industriais² sobre o governo Rousseff e sua política econômica. Cada um

² Aqui, considera-se indústria os setores enquadrados nas classificações B, C, D e F da CNAE 2.0, publicada pelo IBGE no ano de 2006. O setor de construção (F) foi considerado tendo em vista sua importância na política econômica de Dilma Rousseff.

dos posicionamentos foi analisado e foram registrados o empresário ou entidade que o expressou, o setor industrial correspondente (segundo a CNAE 2.0) e o objeto da crítica. Os posicionamentos foram classificados como contrários, favoráveis ou neutros ao governo ou à política econômica tratada na matéria. Quanto ao objeto da crítica, agruparam-se os posicionamentos em três categorias, a saber, *política macroeconômica*, que diz respeito ao câmbio, juros, salário mínimo, questões orçamentárias, infraestrutura e políticas sociais; *política setorial*, envolvendo medidas econômicas voltadas a um ou mais setores da indústria, como desonerações e aumento de alíquotas de importações; e *intervencionismo*. Finalmente, os dados foram agrupados em tabelas para posterior análise.

IV. Resultados preliminares

2011

Este relato diz respeito aos cinco primeiros meses do ano de 2011. Os primeiros de Dilma Rousseff à frente da presidência da República. O clima geral após a continuidade do governo Lula é de otimismo econômico, social e político. Isso se reflete diretamente nas opiniões dos empresários/industriais brasileiros no período. Durante o mês de janeiro é patente a satisfação dos empresários com a manutenção da política econômica do último governo, com altos níveis de produtividade e consumo em todos os setores da indústria.

Um outro fator determinante durante o período analisado é a demanda, ora posta positivamente ora negativamente, por parte dos industriais de proteção econômica por parte do governo. O Brasil sobreviveu forte à crise internacional iniciada em 2008. Porém em 2011 o debate se coloca de maneira a cobrar o governo, por meio de sua política econômica, a se posicionar e a defender os interesses das empresas brasileiras em face a agressiva concorrência chinesa, principalmente. Isso é explícito quando vemos por meio das notícias avaliadas o endosso favorável da FIESP, por exemplo, às declarações do Ministro do Desenvolvimento e Indústria, Fernando Pimentel, dizendo que tomará medidas intervencionistas de modo a favorecer as indústrias nacionais. Esse debate se faz presente com maior ou menor intensidade ao decorrer desses 5 meses, estando sempre presente como uma reivindicação.

O assunto mais comentado na somatória foi sobre a política macroeconômica do governo. Porém como durante o período todos estavam ganhando economicamente, as críticas nunca vinham em tom alto/agressivo. Pois mesmo os comentários negativos expostos no *Valor* iam no sentido de rejeitar um aumento de tributos, repensar o câmbio que afeta as exportações e as importações brasileiras de contrariedade às taxas de juros, mas somente por que essas medidas diminuiram um pouco o crescimento. Porém enquanto não houvesse ameaça real a expansão e manutenção da boa situação econômica, as críticas eram apenas pontuais e assim se mantiveram.

2012

Este relatório diz respeito aos posicionamentos encontrados no ano de 2012, o segundo do mandato de Dilma. O ano se inicia com o cenário de uma indústria preocupada com sua competitividade diante dos produtos importados. Tinha-se a avaliação de que a indústria nacional não estava atrativa para o investimento privado e que o investimento público tinha medidas protecionistas demais. Essa avaliação dialogou diretamente com a especulação do primeiro mês do ano de que a meta do superávit primário de 3,1% do PIB “cheia” seria cumprida simultaneamente ao aumento de investimento público.

O empresariado industrial, contudo, tinha previsões positivas para o ano. Esperava-se um crescimento e reação da indústria com o pacote de medidas governamentais que fortaleceria a indústria nacional em meio à crise financeira internacional – fator intensificador da concorrência pelos mercados interno e externo. O anúncio do pacote de medidas de estímulo à indústria nacional teve diferentes reações ao longo dos primeiros cinco meses do ano. As principais medidas eram referentes à recuperação da defasagem cambial, desoneração da folha de pagamento, a redução da alíquota, aumento de oferta de crédito ao setor produtivo, reajuste do salário mínimo.

O que mostrou-se consenso entre o empresariado industrial é que o pacote era importante, urgente, mas insuficiente a longo prazo. O governo deveria apresentar medidas perenes na resolução do problema da indústria, que é avaliado como estrutural e não apenas pontual. O investimento em educação, em redução do custo de energia, na infraestrutura brasileira, melhoria da logística e na tributação são pontos centrais na diminuição do chamado “custo Brasil”.

Além disso, as medidas têm efeitos variados tanto entre setores quanto entre companhias, portanto não beneficiaria o setor industrial como um todo. Para auxiliar na reação da demanda, a primeira medida que teve boa recepção foi o reajuste do salário mínimo, que beneficiaria setores como o alimentício e de bebidas com o incentivo ao consumo doméstico. Já a desoneração da folha de pagamentos beneficiaria mais a indústria exportadora, e não reduziria o custo de produção da indústria de calçados e vestuário, por exemplo.

2013

Identificaram-se, na análise das edições do *Valor Econômico* publicadas no primeiro trimestre de 2013, 49 posicionamentos do empresariado industrial em relação ao governo Rousseff e sua política econômica. Destes, 39 (80%) foram classificados como favoráveis ao governo, oito (16%) como desfavoráveis e dois (4%) como neutros. No que diz respeito aos objetos de crítica, 30 (61%) posicionamentos foram relacionados à política macroeconômica, 18 (37%) à política setorial e apenas um a intervencionismo. Os setores industriais são dos mais variados, mas ressalta-se a presença frequente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) – responsável por 9 posicionamentos, ou 18% – seja através de seu presidente, Robson Andrade, seja através de diretores e economistas.

Apesar do fraco desempenho industrial verificado em 2012 e do crescimento econômico aquém do esperado (o “PIBão” previsto pelo governo não ocorreu), de maneira geral, o empresariado industrial nutria boas previsões para o ano de 2013, na expectativa de que a política de incentivo à indústria surtisse efeito. Nos 39 posicionamentos favoráveis identificados, o apoio ao governo Rousseff se concentrava, principalmente, no que diz respeito à “política macroeconômica”, em torno da redução dos custos da energia elétrica (em decorrência da aprovação da MP 579), da redução dos juros e da oferta de crédito subsidiado pelo BNDES e, quanto à “política setorial”, das desonerações da folha de pagamentos. Observa-se, neste primeiro trimestre de 2013, o empresariado industrial ao lado de Dilma, constituindo a *coalizão produtivista* à qual Singer (2016) se refere. Muito embora alguns setores industriais enfrentassem dificuldades, como é o caso do setor de calçados, os empresários reivindicavam antes um aprofundamento das ações do que uma alteração da política em voga. A fala de Luiz

Aubert Neto, presidente da Abimaq (Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos) é elucidativa: “se o governo continuar nesse caminho, com visão de que estamos evoluindo de uma economia de consumo para uma economia voltada para investimento, acho que vemos a luz no fim do túnel”³.

2014

No período de janeiro a abril de 2014 foram encontrados 37 posicionamentos de empresários industriais em relação ao governo ou a suas políticas econômicas, industriais e públicas. Tais empresários estavam dispersos por 17 setores da indústria, mas a sua orientação e visão quanto o governo e suas políticas, tanto setoriais, quanto econômicas estavam fortemente próximas, com 78,38% dos posicionamentos contrários ao governo ou suas políticas, ante 13,51% de favoráveis e 8,11% de neutros. É importante notar, também, que houve pouca variação de posicionamento dentro desses resultados, com os setores e empresários que se pronunciaram mais de uma vez no jornal mantendo sua opinião para diferentes questões.

Também é central notar que, durante esse período, 80% dos posicionamentos favoráveis à medidas de Dilma e sua equipe foram endereçados a uma única questão: a desoneração da folha. Isto serve como indicador do movimento que ocorria naquele ano, dentre os empresários da indústria. Em sua maioria, estavam descontentes com ações regulatórias e com aumentos de imposto - caso da volta do IPI para a indústria automobilística -, mas também com uma certa desordem na qual se encontrava o governo na gestão das políticas setoriais e macroeconômicas. A desoneração da folha representou um dos poucos movimentos do governo no sentido dos interesses dos empresários, portanto fica evidente que, se a grande maioria das opiniões favoráveis ao governo foi endereçada a esse único caso, os interesses já estavam muito afastados.

Além disso, muitos dos industriais se referiram a um certo abandono e alguns até a um projeto de retração proposital da força produtiva da indústria por parte do governo. Em muitos casos, o empresariado pedia ajuda para superar a crise, que já abalava fortemente boa parte dos setores, mas as políticas do governo por vezes acabavam influenciando maiores perdas e um conseqüente afastamento de interesses. O diálogo entre empresários e governo também, de acordo com os primeiros, era parco e

³ Ver: Ana Fernandes, “Otimistas, fabricantes projetam recuperação das vendas em 2013”, *Valor Econômico*, 8 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2960972/otimistas-fabricantes-projetam-recuperacao-das-vendas-em-2013>>. Acesso em: 10 dez. 2017

desorganizado, com parte dessas medidas sendo tomadas sem a participação dos representantes da indústria em nenhuma parte do processo decisório. Todos esses elementos levam a podermos afirmar que os interesses já se encontravam rompidos no primeiro terço de 2014.

V. Conclusões

Ainda que se trate de resultados preliminares referentes ao início de cada um dos quatros anos do primeiro mandato de Dilma Rousseff, algumas questões podem ser levantadas no que diz respeito ao posicionamento político do empresariado industrial. Os primeiros meses dos anos de 2011, 2012 e 2013 sugerem certa coesão no interior da coalizão produtivista (Singer, 2016), com apoio dos empresários à política de fortalecimento e proteção da indústria do país. Ainda que houvesse críticas ao governo, como visto nos primeiros meses de 2012 e 2013, estas procuravam, no geral, antes a intensificação das políticas industriais do que sua transformação ou abolição – daí a defesa, observada em diversos posicionamentos, da desoneração da folha de pagamentos e do desejo de extensão a outros setores, além do elogio às medidas de redução de juros e do preço da energia elétrica.

O início do ano de 2014, por sua vez, destoa dos outros três. Verifica-se uma posição mais crítica do empresariado industrial, com 78% dos posicionamentos desfavoráveis ao governo. A política econômica de Rousseff tornara-se, para os empresários, desorganizada e ineficaz, incapaz de enfrentar a crise que se aprofundava no país. A coalizão produtivista, embora ainda não definitivamente rompida, já dava sinais de esgarçamento.

VI. Referências Bibliográficas

BIANCHI, Álvaro. *Um ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Campinas: Unicamp, 2004.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. *Empresários e Administradores no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1974.

BOITO JR., A. “Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder”. In: Armando Boito Júnior; Andréia Galvão (Org.). *Política e Classes Sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.

CRUZ, Sebastião Velasco e. *Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas: Unicamp/Fapesp, 1995.

SINGER, André Vitor. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: André Singer; Isabel Loureiro. (Org.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016.

SCHWARZ, Roberto. “Um seminário de Marx” In: SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.